

**CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO\*\***

*Presidente da Fundação de Artes do  
Rio de Janeiro - Fundação Rio*

O documento recentemente aprovado pelo PMDB, de autoria do ex-governador Miguel Arraes, não ajuda, sob nenhum ângulo, a consolidação do processo democrático brasileiro. Do mesmo modo, não faz jus à inteligência política do seu autor.

É sabido que vivemos um momento extremamente delicado. O nível de conflitos econômicos e sociais no país tem aumentado além do normal. A insegurança que perturba amplas camadas da população atinge já agora limites perigosos. A nossa classe média vem sofrendo indisfarçado esmagamento. E pouco, ou quase nada, tem sido feito para afastá-la da ribanceira em que se encontra. A violência urbana reflete com absoluta nitidez a quadra de dificuldades que estamos atravessando. Demais disso, a política protecionista do governo republicano na América do Norte tende a agravar ainda mais a nossa situação econômica, ameaçando as pequenas e médias indústrias que se voltam para a exportação.

Ora, neste instante, a alternativa possível para assegurar melhores dias é confiar na execução do projeto democrático do Presidente da República. Já não se duvida mais hoje da sinceridade, da coragem e do empenho com que o Presidente João Figueiredo se lança de corpo e alma nessa missão histórica. Os que ainda estão incrédulos não querem enxergar ou por má fé ou por falta de sensibilidade política. Em ambos os casos estão agindo contra os interesses nacionais e mais particularmente contra as aspirações da grande maioria do povo brasileiro.

---

\* Publicado no Jornal do Brasil em 24/04/1981.

\*\* Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 27/6/1996.

Se o tempo vivido é de reconstrução é necessário que seja também de conciliação, de desarmamento de espíritos. Qualquer radicalismo é sintoma de retrocesso. Temos de evitá-lo pregando em todas as tribunas disponíveis a urgência de um diálogo franco, livre de recalques e revanchismo.

Chegar a 1982 sem confrontações é, a esta altura da vida brasileira, um dever moral dos que protagonizam no cenário presente.

O documento do ex-governador de Pernambuco, em que pesem as implicações posteriores que tentaram amenizá-lo, é indiscutivelmente um passo para trás. Não se exercita o diálogo impondo pré-requisitos. É da sua essência mesma a conversa livre, a negociação aberta. É preciso não esquecer a viagem à Canossa, que reuniu no século XI o Papa São Gregório e o Imperador Henrique.

Por outro lado, e poucos observadores destacaram a passagem, o documento preconiza uma alteração da natureza do Estado a partir de uma Assembléia Nacional Constituinte. Que alteração da natureza do Estado é esta? A assertiva é, do ponto de vista da teoria política, muito grave. Não pode ficar solta sem uma correta conceituação do que se pretende com ela. Pode ser entendida, por exemplo, como inconformidade com a democracia representativa que se esta buscando como objetivo imediato? Ou será figura de retórica para marcar posição contra o encaminhamento que vem sendo dado à redemocratização?

Esse tipo de colocação gera mais interrogações do que respostas. E estas é que são imperativas na transição. Precisamos de objetividade. O que se quer agora é garantir o processo eleitoral que se abre em 1982. Este passo é o mais importante, porque a escolha dos governantes pelo povo, a ação livre dos partidos políticos e o funcionamento independente dos Órgãos de representação são os ingredientes essenciais para caracterizar uma existência democrática. Nesse sentido, parece ser relevante uma aliança acima dos partidos em

organização, guardadas a fidelidade e a ação partidárias, para que os líderes promovam conscientemente acordos de conjuntura que permitam a realização do pleito direto em 1982.

Os partidos políticos, que são os canais institucionalizados formais de participação, tem hoje uma responsabilidade muito maior do que o simples proselitismo eleitoral. Devem eles, é certo, adensar a comunicação entre a sociedade e o Estado. Mas devem, também, criar condições propícias para a vigência da democracia.

O Professor MAURICE DUVERGER, ainda recentemente, afirmou que há duas categorias particularmente responsáveis pela implantação da democracia no Brasil. Os militares, que devem compreender que o Brasil jamais poderá vir a se tornar uma grande potência se não se tornar, primeiro, um país democrático. E os políticos, que devem se dedicar à ação, renunciando à demagogia, com a coragem de dizer, realmente, o que se pode fazer e o que não se pode; o que deve ser feito e o que deve ser evitado.

A lição é boa no patamar em que nos achamos. Vamos aproveitá-la adequadamente. A hora é de somar, não de dividir. As nossas lideranças políticas, que sempre mostraram enorme lucidez para deslindar crises agudas, não podem vacilar neste momento. Exercitar o diálogo é condição fundamental para oferecer ao povo brasileiro um novo começo democrático. Vamos a ele com fé na sua realização.